

EUROPEAN DOCUMENT AGAINST the PePP:

"EUROPEAN PLAN OF PARTICULAR PENSIONS"

THE FIRING DOWN ORGANIZATIONS ARE POSITIONED AGAINST THE RESULT OF THE VOTE PERFORMED IN THE PLENARY OF THE EUROPEAN PARLIAMENT (the one that approved the PEPP) DONE ON APRIL 4, 2019.

It is clear that the PEPP approval (English acronym for Pan-European Personal Pension Product), by the European Parliament, expresses total social cruelty and total evidence of the capitalist interests of the European Union. The European bourgeoisie bets firmly and harshly in defence of their economic interests, of their class interests. They have voted for the privatization of pensions, which will be marketed by banks, insurance companies, fund management and / or investment managers, i.e., the creme de la creme of European financial capitalism.

The vote this morning of April 4 is clearly expresses what the European Parliament is, what class interests defends and what political role it has. The vote has faithfully reflected the "social" character of the EU. Only the naive, the uninformed and those who, with treachery and premeditation, deceive the citizens of EU countries, can defend the social character of the EU. Today's vote historically reflexes that the EU was created to defend the interests of the European and that only it represents that bourgeoisie. It was not intended to defend decent public pensions, nor to fight for wage and social equality: it was born to exploit workers and whatever social sectors that are necessary.

The approval by 338 votes in favour, 143 against, and 139 abstentions is a true reflection of the fact that the EU and its Parliament is an institution that defends the interests of all liberals, from social democrats to right-wing extremists. With the approved tax breaks, which is public money, private pensions or retirement plans will be financed, leading to the perversion that public money will not only contribute in a decisive way to finance private pensions, but will also contribute to blow up public pensions, generating more inequality, more poverty and more social misery.

That EU they say was born to increase rights, social improvements and to increase individual and collective opportunities, has been clearly portrayed as the Europe of capital and merchants, completely alienated from the people's interests and clearly in the service of oligarchic interests.

What class unions call robbery, depletion of public money, exploitation and consequent popular misery, the EU and its instruments call it financial products, which according to them would have "advantages", such as choosing a pension plan for retirement while contributing, as in an "Austrian backpack", even when changing residence, or such as providers both nationally and internationally after having contributed for a minimum of five years, etc., all with the strategic objective of channelling savings, i.e. investments, so that the banks and financial institutions are guaranteed an economic pillar that allows them to speculate long term.

To whom is the "PEPP product" preferentially addressed? According to the European Commission, it will be a product suitable for any savings profile, from workers to unemployed or students. It is clear that the recently approved PEPP Regulation has the strategic objective of substituting public pensions by private ones.

Given this evidence, the struggle in defence of public pensions should be increased. We must add the vast majority of society to these struggles. It is clear that only a unified and consistent struggle for clear class interests can be the determining instrument for the defeat of the

perfidious and criminal plans of European capitalism against the working class and the popular sectors.

In Europe, May 2019

FIRST LIST OF SIGNATORIES:

The add of signatures is still open

Alemania

See final note

Albania (aspiring to be in the EU):

Federación Sindical de la Construcción

Austria:

The Left Bloc, in the Austrian Trade Union Federation

Bélgica:

Pendientes de respuesta

Catalunya:

Intersindical CSC

Chipre:

PEO

Croacia:

Pensionistas y Jubilados de Croacia

Dinamarca:

The organizations that helped to celebrate the First European Conference of P&R of the TUI of P&R of the WFTU, have not responded.

Estado Español:

Marea de Pensionistas de Catalunya

AST (Alternativa Sindical de Trabajadores)

CSC (Coordinadora Sindical de Clase)

CSU de PyJ (Pensionistas y Jubilados)

CSU (Central Sindical Unitaria) de Extremadura

CTA (Coordinadora de Trabajadores de Andalucía)

FSC (Federación Sindical de Clase)

IV (Intersindical Valenciana)

SDT (Sindicato Democrático de Trabajadores)

Euskadi:

LAB

Francia:

Front Syndicale de Classe

UFR, CGT Chimie

Finlandia:

The organization that participated in the September Days in Santiago de Compostela, has not answered.

Gran Bretaña:

So far, those who attended the First Congress and the First European Conference of our TUI have not answered.

Grecia:

PAME, pensionistas

Irlanda:

So far, those who attended the First Congress and the First European Conference of our TUI have not answered.

Italia:

USB

Mónaco:

l'Union des Retraités de Monaco

Noruega:

The P&R who greeted the First European Conference of P&R of the WFTU have not answered.

Portugal:

The CGTP-IN has sent us a document from their P&J (see annex)

Rumania:

Worker's Romania Association

Suecia:

The organization that participated in the September Days in Santiago de Compostela, has not answered.

Worldwide:

TUI (Trade Unions International) of the WFTU (International Trade Union Federation)

FINAL NOTE:

We have received the signature request from the DKP, the German Communist Party, to which we have thanked his support indicating that it is a document of trade union organizations and associations of Pensioners and Retirees. On another occasion it will be necessary to see if we ask for signatures of a greater variety of organizations.

DOCUMENT SENT BY THE CGTP-IN



OFICIO CIRCULAR N.º 093/19
SSPS/MC/Lisboa, 13-05-2019

Assunto: **O Plano Europeu de pensões pessoais aprovado no Parlamento Europeu**

O designado Plano Europeu de pensões pessoais, foi recentemente aprovado no Parlamento Europeu (P.E.) com 388 votos a favor, deputados do PSD e CDS incluídos, 139 abstenções, onde se integraram os deputados do PS, e com 143 votos contra, nos quais se incluíram os

votos dos deputados da CDU (PCP e PEV) e do Bloco de Esquerda. No centro desta deliberação do PE, não estão preocupações sobre os rendimentos ou direitos dos trabalhadores e reformados, mas apenas a possibilidade de abrir novas oportunidades de negócio e concentração para o capital financeiro.

As instituições da União Europeia (UE) defendem há muito tempo a necessidade de efectuar profundas reformas nos sistemas de pensões públicos, em especial aqueles que, como o português, funcionam em regime de repartição, alegando que, em consequência do crescente envelhecimento das populações e simultaneamente da necessidade de os Estados reduzirem o nível de despesa pública, as taxas de substituição das pensões dos sistemas públicos vão diminuir inevitavelmente, ou seja, o valor das pensões vai descer substancialmente.

Neste quadro, as soluções apontadas pela UE passam em larga medida pelo desenvolvimento e reforço dos sistemas de negócios privados de pensões, em particular dos fundos de pensões, por via da criação deste novo tipo de regime de pensões individuais, que assume a forma de um normal fundo de pensões, agora com dimensão europeia e não apenas nacional.

Acresce que esta acção, enquadrada no desenvolvimento da união do mercado de capitais, tem grandes implicações nos mercados de capitais, uma vez que a poupança através de fundos de pensões, constitui uma fonte apetecível aos interesses do capital financeiro.

Assim, a criação deste novo tipo de fundo de pensões europeu não tem como único objectivo incentivar a responsabilização individual no que respeita às futuras pensões, como pretendem fazer crer, mas sim e no imediato, reforçar a união do mercado de capitais e estimular o mercado interno de serviços. Em suma, esta União Europeia vem, mais uma vez, confirmar fidelidade e subordinação aos interesses do capital, por sua vez o posicionamento dos deputados eleitos pelos portugueses no Parlamento Europeu é bem demonstrativo relativamente ao que defendem e ao lado de quem se posicionam.

De qualquer forma, a criação dos fundos de pensões europeus não interfere de nenhum modo com os sistemas públicos de segurança social. Trata-se de produtos de aquisição individual e voluntária, em tudo idênticos aos fundos de pensões que já existem no mercado nacional, com a diferença de terem dimensão europeia.

A CGTP-IN rejeita em absoluto a aposta da UE no reforço do recurso a esquemas privados individuais de pensões, como os fundos privados de pensões, considerando que o recurso a estes esquemas, além de ter consequências na perda de valores de solidariedade intergeracional e na erosão do sistema público de protecção social e de agravar as

desigualdades sociais, coloca as pessoas reféns das oscilações e negociatas dos mercados financeiros, submetidas aos riscos inerentes e na incerteza de qual será o rendimento que virão a ter na sua velhice.

A CGTP-IN considera que os regimes públicos de pensões, de base contributiva e fundados na solidariedade laboral e intergeracional, são os mais adequados à garantia dos direitos a pensão e, como tal, devem ser preservados e desenvolvidos e nenhuma medida, nacional ou europeia, pode ou deve pôr em causa a sua existência e a sustentabilidade ou o primado dos sistemas públicos de protecção social sobre quaisquer outros esquemas de protecção.

Saudações Sindicais,

José Augusto Oliveira

Comissão Executiva do Conselho Nacional

Dist: MSU | CN | ID